



<b>PROCESSO Nº</b>	<b>180.428-6/2024</b>
<b>INTERESSADOS</b>	<b>EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – MTI</b>
	<b>CLEBERSON ANTÔNIO SÁVIO GOMES</b>
	<b>ALCINDO FERNANDO DA SILVA</b>
	<b>CIRANO SOARES DE CAMPOS</b>
	<b>MARCELO HENRIQUE DE MELO FERRAZ</b>
	<b>JERONIMO CUNHA BEZERRA</b>
	<b>SAFFYK VICUNA DE SOUZA</b>
	<b>EVERTON POMPEO DE CAMPOS</b>
	<b>AGENOR DA SILVA SANTANA JUNIOR</b>
	<b>ALCI DE OLIVEIRA JUNIOR</b>
<b>ADVOGADOS</b>	<b>FABIOLA COLINO BISPO SANTOS – OAB/MT 10.518, VICENTE DIOCLES ROCHA BOTELHO DE FIGUEIREDO – OAB/MT 14.229, LUCAS MACIEL DE MENEZES – OAB/MT 25.780, ANA PAULA FISCHER CAVALCANTE DE MATOS – OAB/MT 16.074 E MARINÊS MARQUES MENDONÇA – OAB/MT 9.967</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2023</b>
<b>RELATOR</b>	<b>CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF</b>
<b>SESSÃO DE JULGAMENTO</b>	<b>09/12 A 12/12/2025 – PLENÁRIO VIRTUAL (EXTRAORDINÁRIA)</b>

## **ACÓRDÃO Nº 684/2025 – PV**

**Resumo:** EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – MTI. CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023. JULGAMENTO PELA REGULARIDADE DAS CONTAS. SANEAMENTO E MANUTENÇÃO DE IRREGULARIDADES. AFASTAMENTO DA RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES À ATUAL GESTÃO.





Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **180.428-6/2024**.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – LOTCE/MT), c/c os arts. 1º, II, e 162 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – RITCE/MT (Resolução Normativa nº 16/2021), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator e de acordo com os Pareceres nºs 23/2025 e 377/2025 do Ministério Público de Contas, em: **I) julgar regulares** as Contas Anuais de Gestão da Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação – MTI, referentes ao exercício de 2023, sob a responsabilidade do Senhor Cleberson Antônio Sávio Gomes; **II) sanar** as irregularidades CB\_99 e GB\_06; **III) afastar** a responsabilização dos agentes, os Senhores Everton Pompeo de Campos e Agenor da Silva Santana Junior, e **converter** a irregularidade HB\_04 em **determinação** à atual gestão do MTI, com fundamento no art. 22, II, da LOTCE/MT, para que implemente nova metodologia de acompanhamento da execução contratual, com a elaboração de relatórios de fiscalização individualizados, detalhados e que expressem com clareza as ações realizadas, bem como o recebimento provisório e definitivo dos bens e serviços contratados, devendo encaminhar à esta Corte de Contas a comprovação do cumprimento da medida; **I V) manter** as irregularidades JB\_99 e MB\_02; **V) recomendar** à atual gestão do MTI, com fulcro no art. 22, I, da LOTCE/MT, que: **a)** assegure o cumprimento regular e tempestivo dos envios futuros, bem como a efetiva integração com a Seplag no uso do sistema; **b)** atente para os saldos das fontes de recursos e promova, juntamente com a Secretaria de Estado de Fazenda, os ajustes necessários para o equilíbrio das fontes financeiras; **c)** realize a implementação de um plano de ação que contemple outros mecanismos para utilização desse crédito, nos termos previstos na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2055/2021, que dispõe sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, sob risco de perda do direito decorrente de futura prescrição; **d)** instaure um procedimento administrativo para apuração da responsabilidade pelo não encontro dos bens, caso ainda não tenham sido localizados; e inclua, nas próximas demonstrações contábeis, nota explicativa informando a existência de bens não encontrados, como medida de transparência; e **e)** promova os ajustes nos registros contábeis da empresa de modo que contabilize os valores dos bens imóveis apresentados pela Comissão de Inventário ou, alternativamente, apresente as justificativas para o não registro; e **VI) determinar** à atual gestão do MTI, com fulcro no art. 22, II, da LOTCE/MT, que: **a) no prazo de 30 (trinta) dias**, encaminhe a documentação completa e detalhada de todos os processos licitatórios ao Sistema Aplic, em especial quanto às pesquisas de preço que fundamentam os valores estimados de contratação; **b) no prazo de 30 (trinta) dias**, implemente nova metodologia de acompanhamento da execução contratual, com a elaboração de relatórios de fiscalização individualizados, detalhados e que expressem com clareza as ações realizadas, bem como o recebimento provisório e definitivo dos bens e serviços contratados, devendo encaminhar à Corte de Contas comprovação do cumprimento da medida; **c) no prazo de 15 (quinze) dias**, encaminhe a comprovação da publicação do apostilamento contratual que prorrogou a vigência da licença de uso por mais 60 (sessenta) dias, em decorrência da fase de customização do sistema; **d) no prazo de 30 (trinta) dias**, revise e atualize os modelos de relatório de fiscalização contratual, de modo a contemplar campos específicos para o registro dos marcos de recebimento provisório e definitivo, e demais informações necessárias à adequada comprovação da execução dos contratos; e **e)** nos futuros contratos de aquisição





**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**

**SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS**

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: [segeproju@tce.mt.gov.br](mailto:segeproju@tce.mt.gov.br)

de *software*, observe o início da vigência das licenças apenas a partir do recebimento definitivo da solução contratada, evitando o pagamento antecipado por serviços ainda não disponíveis para uso.

Participaram do julgamento os Conselheiros **SÉRGIO RICARDO** – Presidente, **ANTONIO JOAQUIM**, **JOSÉ CARLOS NOVELLI**, **VALTER ALBANO**, **WALDIR JÚLIO TEIS** e **CAMPOS NETO**.

**Publique-se.**

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2025.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

**CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO**  
Presidente

**CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**  
Relator

**ALISSON CARVALHO DE ALENCAR**  
Procurador-geral de Contas

